



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Ponte Branca
CNPJ: 15.943.608/0001-27
Gabinete dos Vereadores(as)

Ponte Branca - MT, 31 de outubro de 2025.

**EMENDA MODIFICATIVA Nº. 004/2025
AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 970 DE 10/10/2025.**

Esta Casa de Leis, em Sessão Ordinária aos 31/10/2025 aprovou em conformidade com o Regimento Interno Art. 65 e Inciso II do Art. 66, da Câmara Municipal de Ponte Branca, a seguinte Emenda Modificativa:

Emenda Modificativa

SÚMULA:

“Emenda Modificativa ao Artigo 1º do Projeto de Lei Nº 970 de 10 de outubro de 2025.”

Modifique-se o Artigo 1º, do Projeto de Lei Nº 970 de 10 de outubro de 2025, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º- Fica alterado o **art. 6º da Lei Municipal nº. 895/2024**, de 17 de Dezembro de 2024, que passará a vigor com a seguinte redação:

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de que trata esta lei:

I- Abrir créditos suplementares até o limite de 30% (Trinta por cento) do total da Despesa fixada no art. 1º, observado o disposto no parágrafo 1º incisos I, II, III e IV, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1.964.

Sala das Sessões, Câmara Municipal de Ponte Branca – MT, aos 31 dias do mês de outubro de 2025.



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Ponte Branca
CNPJ: 15.943.608/0001-27
Gabinete dos Vereadores(as)

NEI RONAN DA SILVA

Presidente da 1ª Comissão Permanente

ÉLICA SANTINA DA SILVA

Relatora da 1ª Comissão Permanente

DANIEL BATISTA MOREIRA

Membro da 1ª Comissão Permanente





Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Ponte Branca
CNPJ: 15.943.608/0001-27
Gabinete dos Vereadores(as)

JUSTIFICATIVA

A relatora da Comissão de Legislação Redação e Constituição após análise detalhada do Projeto de Lei nº 970/2025, que visa ampliar o limite de autorização para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares, decidiu conceder 5% de adicional ao projeto. Essa medida visa garantir maior flexibilidade e segurança para a execução orçamentária do município, permitindo a alocação de recursos adicionais para atender às necessidades prioritárias da administração pública. A concessão de 5% de adicional permitirá uma gestão mais eficiente dos recursos, garantindo a continuidade dos serviços públicos essenciais e o cumprimento das metas estabelecidas.

NEI RONAN DA SILVA

Presidente da 1ª Comissão Permanente

ÉLICA SANTINA DA SILVA

Relatora da 1ª Comissão Permanente

DANIEL BATISTA MOREIRA

Membro da 1ª Comissão Permanente